

# Procon-SP fiscaliza mais de 600 lojas em operação no comércio

Na capital, os fiscais concentraram as ações em regiões de vendas populares

Divulgação/Ministério da Justiça e Segurança Pública

A Fundação Procon-SP identificou irregularidades em centenas de estabelecimentos durante uma operação de fiscalização realizada em maio, período marcado pelo aumento das vendas para o Dia das Mães. A ação ocorreu em lojas de presentes da capital paulista e de outras cidades do estado e teve como foco verificar o cumprimento das normas de defesa do consumidor, principalmente em relação à exposição de preços e à oferta de informações claras sobre os produtos comercializados.

Segundo o órgão, mais de 600 estabelecimentos foram fiscalizados pelas equipes da Diretoria de Fiscalização e pelos núcleos regionais espalhados pelo estado. Parte significativa das irregularidades encontradas estava relacionada à ausência de informações adequadas sobre produtos vendidos em kits promocionais, prática comum nesta época do ano por conta das campanhas voltadas ao Dia das Mães.

Na cidade de São Paulo, os fiscais concentraram as ações em regiões de comércio popular e em áreas de grande circulação de consumidores. Entre os principais problemas encontrados estavam produtos sem preço visível, divergência entre valores anunciados e cobrados no caixa, além da falta de informações claras sobre composição, validade e características de itens comercializados em embalagens promocionais.

De acordo com o Procon-SP, em diversos estabelecimentos



O órgão informou que as lojas atuadas poderão responder a processos administrativos

os kits montados especialmente para a data comemorativa não apresentavam informações individualizadas sobre os itens incluídos na embalagem. Em alguns casos, produtos como cosméticos, chocolates, acessórios e artigos de perfumaria eram vendidos sem detalhes sobre quantidade, validade ou composição, o que pode dificultar a escolha do consumidor e comprometer o direito à informação previsto no Código de Defesa do Consumidor.

As equipes também encontraram falhas na precificação dos pro-

duetos expostos nas vitrines e nas áreas internas das lojas. Em parte dos casos, o preço não estava afixado de maneira clara e ostensiva, enquanto em outros havia diferença entre o valor anunciado e o registrado no sistema de pagamento. O Procon-SP afirma que esse tipo de prática pode induzir o consumidor ao erro durante a compra.

Outra irregularidade apontada durante a operação foi a ausência do Código de Defesa do Consumidor em local visível nos estabelecimentos. A legislação determina que o documento esteja acessível ao pú-

blico para consulta. Fiscais também verificaram problemas relacionados à rotulagem de produtos, principalmente itens alimentícios e cosméticos vendidos em kits promocionais.

A fiscalização ocorreu em meio ao aumento do movimento no comércio provocado pelas compras para o Dia das Mães, considerada uma das datas mais importantes para o varejo brasileiro. O período costuma impulsionar as vendas vários tipos de produtos, principalmente de perfumes, flores, chocolates, roupas, eletrônicos e itens de decoração,

além de estimular promoções e ofertas especiais no comércio físico e, também, digital.

O Procon de São Paulo informou que os estabelecimentos atuados poderão responder a processos administrativos e estarão sujeitos às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor. As sanções variam de advertências até aplicação de multas, dependendo da gravidade das infrações e da reincidência das empresas fiscalizadas.

Além da capital paulista, a operação também foi realizada em cidades do interior e do litoral. O órgão afirma que as ações de fiscalização são intensificadas em datas comemorativas devido ao aumento do fluxo de consumidores e ao crescimento das vendas promocionais. Em operações recentes realizadas pelo Procon-SP, como as fiscalizações de material escolar e de pet shops, o índice de irregularidades também ficou elevado em diversas regiões do estado.

O órgão orienta os consumidores a verificar se os preços estão visíveis, exigir nota fiscal e observar informações sobre validade, composição e quantidade dos produtos antes de concluir a compra. Em casos de divergência de preços ou falta de informação adequada, a recomendação é registrar reclamação pelos canais oficiais de atendimento do Procon-SP.

## MP conclui: Paulista poderá ter megashows gratuitos

Divulgação/Prefeitura de SP

O Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo aprovou um acordo que autoriza a realização de megashows gratuitos na Avenida Paulista. A decisão foi tomada por seis votos a cinco e libera a promoção de até dois grandes eventos anuais na principal avenida da capital paulista, além das celebrações que já fazem parte do calendário tradicional da cidade.

Com a homologação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Ministério Público, a gestão municipal poderá organizar um primeiro grande show ainda no segundo semestre de 2026. A partir de 2027, a autorização passa a permitir um evento em cada semestre.

Até então, a Paulista estava limitada a três grandes eventos anuais: a Corrida Internacional de São Silvestre, a festa de Réveillon e a Parada do Orgulho LGBTQ+. O novo entendi-



Acordo estabelece exigências para a realização dos eventos

mento amplia o número de atividades culturais de grande porte.

O acordo estabelece uma série de exigências para a realização dos eventos. A prefeitura deverá apresentar estudos sobre capacidade de público, planos de segurança, estratégias de evacuação, atendimento

médico e gerenciamento de multidões. Também serão necessários pareceres de órgãos como CET, Corpo de Bombeiros, SPTrans e Metrô.

As regras ainda determinam medidas para reduzir impactos no trânsito, no funcionamento dos hospitais e na rotina de moradores.

## Vereadores de São Paulo são investigados por conduta em protesto de estudantes

A vereadora Luana Alves (PSOL) acionou a Corregedoria da Câmara de São Paulo contra Rubinho Nunes e Adrilles Jorge, ambos do União Brasil. A representação investiga a conduta dos parlamentares em manifestação estudantil com confrontos no centro da cidade.

A acusação aponta provocação de manifestantes, uso de cargos para repercussão, desvio de finalidade, autopromoção política e uso indevido de recursos públicos (assessores e seguranças).

Registros sugerem agressão de estudante por Rubinho Nunes. Ambos os vereadores relataram ferimentos, com suspeita de fratura nasal para Rubinho.

Adrilles Jorge classificou a ação como absurdidade, alegando ter sido vítima de agressões e ameaças ao questionar o direito à greve de estudantes. Rubinho

Nunes não se manifestou.

Luana Alves solicita procedimento disciplinar por quebra de decoro, investigação de verba pública e uso do mandato para fins eleitorais, além de penalidades do Código de Ética e encaminhamento ao Ministério Público.

O corregedor da Câmara Municipal de SP, Sargento Nantes (PP), analisará a representação, podendo solicitar relatório preliminar para determinar a quebra de decoro. O parecer será votado pelo colegiado para decidir sobre a abertura de processo disciplinar.

A manifestação reivindicava melhorias nas universidades estaduais e criticava a atuação policial em uma desocupação recente. A polícia informou que conteve uma briga generalizada no local, e o ato seguiu pacificamente.